

DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DE PRAÇAS URBANAS: ANÁLISE REFLEXIVA PARA MAIOR EQUIDADE NA OFERTA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DA GRANDE COBILÂNDIA, VILA VELHA (ES)

SOCIAL-SPATIAL DISTRIBUTION OF URBAN SQUARES: REFLECTIVE ANALYSIS FOR INCREASE THE EQUITY IN THE OFFER OF PUBLIC FREE SPACE OF GRANDE COBILÂNDIA, VILA VELHA (ES)

Larissa Leticia Andara Ramos
Amanda Chaves Matos
Luciana Aparecida Netto de Jesus
Karla Moreira Conde

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise reflexiva da distribuição socioespacial de praças urbanas no que tange à disponibilidade e atendimento à população, tendo como recorte espacial a Grande Cobilândia, Vila Velha (ES). As análises revelam uma distribuição não homogênea das praças, não atendendo toda a população da regional em estudo. Bairros de vulnerabilidade socioeconômica, baixa renda per capita e alta densidade demográfica não apresentam praças ou outro espaço livre público, verificando-se uma inequidade na oferta destes espaços, bem como uma baixa acessibilidade espacial às praças. O estudo visa contribuir para o planejamento urbano municipal e a formulação de princípios para uma visão sistêmica dos espaços livres públicos urbanos.

Palavras-chave: Espaços livres. Praças. Mapeamento. Acesso. Distribuição.

ABSTRACT

This paper presents a reflexive analysis of the socio-spatial distribution, regarding the availability and service to the population of the squares of Regional 4 – Grande Cobilândia, Vila Velha (ES). The analyses reveal that the distribution of the squares is not homogeneous and insufficient to contemplate the population. Neighborhoods with socioeconomic vulnerability, low per capita income and high population density do not have squares, verifying a lack of equity in the supply of public open spaces, as well as low spatial accessibility to squares. The study aims to contribute to municipal urban planning and the formulation of principles for a systemic view of urban public open spaces.

Keywords: Open spaces. Squares. Mapping. Access. Distribution.



I. INTRODUÇÃO

Os espaços livres urbanos, segundo definido por Magnoli (1982), são aqueles espaços abertos, considerados livres de edificações, podendo ser públicos ou privados, urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, que englobam, além de áreas para interação social e circulação, vazios urbanos e terrenos não construídos. Os espaços livres urbanos formam um sistema complexo, podendo apresentar relações de hierarquia, complementaridade e conectividade, assumindo funções de circulação, drenagem, recreação, convívio público, conservação ambiental, memória, conforto etc. (QUEIROGA; BENFATTI, 2007). Conforme evidencia Macedo et al. (2018), os espaços públicos são todos aqueles de propriedade pública que podem se prestar ou não ao convívio público e às ações cotidianas, mas também são aqueles de apropriação pública, onde acontecem ações da esfera pública e manifestações coletivas.

2

Nesse sentido, os espaços livres também englobam aqueles de uso público, bens comuns de uso coletivo do povo, classificados em algumas categorias: de conservação ambiental (corpos hídricos, encostas, dunas, manguezais, florestas urbanas etc.); de práticas sociais (praças, parques, jardins, largos, calçadões de praias etc.); de circulação de veículos e pedestres (ruas, avenidas vielas, becos, ciclovias, escadarias etc.); e associados à malha viária (canteiros centrais, rotatórias, taludes, trevos etc. (MACEDO et al., 2018). Tais espaços são fundamentais para superar problemas de ordem ambiental presentes nas cidades brasileiras, mas também são considerados lugares essenciais para a construção de uma cidade justa, inclusiva e democrática.

A noção de Sistema de Espaços Livres (SEL) aponta para a relação e vinculação funcional, organizacional e ambiental entre os espaços livres na cidade, independentemente da localização, tamanho, categoria, qualidade estética ou função. A conexão física é uma das formas de relação entre os espaços públicos e ocorre, principalmente, pelo sistema viário, que também tem um papel estruturador e integrador na cidade, responsável pela circulação de pessoas e veículos. “A ideia de sistema está vinculada a conceitos como dependência, complementariedade, articulação física e funcional” (MACEDO et al., 2018, p. 18). Um sistema refere-se a um conjunto de elementos de diferentes escalas, capazes de estabelecer relações intrincadas entre si, com seu entorno e com as pessoas que o vivenciam (TARDIN, 2016).

Entretanto, nos últimos anos, as cidades brasileiras vêm passando por um processo constante de adensamento populacional e crescimento urbano que tem afetado a utilização do solo e contribuído para a fragmentação do tecido urbano e modificações nas configurações espaciais. Medeiros (2013) ressalta que as cidades brasileiras são consideradas dispersas e segregadas, com sistemas viários descontínuos e fragmentados, resultando em um tecido urbano desconexo, com baixa acessibilidade espacial, que não possibilita o acesso facilitado aos espaços públicos por grande parte da população. Tal característica pode ser um reflexo do processo de parcelamento urbano que vem alterar o modelo de estruturação dos espaços livres (ROBBA; MACEDO, 2010).

A acessibilidade espacial é entendida como a facilidade de se alcançarem determinados espaços, serviços e equipamentos urbanos de modo a permitir a presença de pessoas. A acessibilidade aos espaços públicos também é considerada uma prática de inclusão social na medida em que beneficia a cidade e seus cidadãos (ITDP Brasil, 2018), representando também “oportunidades urbanas para os cidadãos, com a possibilidade de ter acesso a diversas localizações na cidade e assim usufruir dos bens e serviços oferecidos pela urbe” (CASTRO; FREITAS; SILVEIRA, 2016, p. 127). Deste modo, a sua abordagem compreende aspectos relacionados à distribuição espacial e à abrangência dos espaços públicos em relação à população.

Conforme enfatizado por Macedo et al. (2018), a qualidade espacial urbana vincula-se diretamente à presença de generosos e numerosos espaços livres, que, além de diversificados, arborizados, vegetados e com conservados equipamentos e mobiliários urbanos, devem estar acessíveis, atendendo, assim, e de forma satisfatória, as demandas sociais. “Entende-se ainda que realização da esfera pública exige espaços livres amplamente acessíveis para seu desenvolvimento” (MACEDO et al., 2018, p. 14), ou seja, a utilização do espaço público e conseqüente manifestação da esfera pública depende da possibilidade de acesso a esse. Castro, Freitas e Silveira (2016) também defendem a acessibilidade aos espaços livres públicos como uma medida de inclusão socioespacial, referindo-se às possibilidades de acesso versus segregação urbana, compreendendo tanto a distribuição dos espaços livres públicos quanto a abrangência desses em relação à população.

Entretanto, no processo de urbanização das cidades brasileiras, verifica-se uma substituição dos espaços livres e áreas verdes por ambientes construídos, ocasionando a pouca oferta – em especial dos espaços livres públicos

destinado a práticas sociais e recreação, como praças, parques urbanos, largos, calçadas etc. Essa carência afeta a qualidade socioambiental urbana, uma vez que tais espaços são capazes de estimular a socialização, as práticas culturais, esportivas e de lazer, além de contribuírem para um microclima mais agradável e interferirem positivamente na oxigenação do ar.

Os espaços livres públicos, em especial as praças, consideradas espaços para as práticas sociais, recreativas e esportivas, possuem função de destaque nas cidades, pois contribuem para a vitalidade urbana, o enriquecimento sociocultural, o exercício da cidadania e a constituição da esfera pública (MACEDO et al., 2018). As praças são por excelência um ponto de convergência da população para o desempenho da vida urbana ao ar livre.

“A praça é o espaço público de encontro por excelência. Espaço urbano de convivência, permanência e lazer, acessível ao pedestre – e não aos veículos –, cercado pelos edifícios, os quais dão forma à mesma, compondo a estrutura e a identidade das cidades” (HANNES, 2016, p. 133). No Brasil, grande parte das praças urbanas são originadas a partir do parcelamento do solo urbano, que determina a porcentagem mínima de espaços livres em novos loteamentos, ficando a cargo dos incorporadores privados e empresas de loteamentos a produção e definição da forma, localização e disponibilidade dos espaços livres públicos urbanos (ROBBA; MACEDO, 2010).

O contexto da pandemia da covid-19 trouxe ainda mais relevância para as praças e demais espaços livres públicos. Verificaram-se mudanças na relação entre as pessoas e estes espaços, que passaram a ser mais frequentados e valorizados por possibilitarem práticas esportivas e encontros sociais ao ar livre com menor risco de contágio. Entretanto, tal cenário também evidencia a carência e a distribuição de forma não equitativa dos espaços livres públicos em muitas cidades brasileiras, bem como problemas de gestão, manutenção e segurança desses espaços (UN-HABITAT, 2020a). Macedo et al. (2018) evidenciam que a maior carência de praças e parques urbanos encontram-se em áreas com predomínio da população de baixa renda, justificado pela falta de planejamento urbano e o descaso público.

A escassez de espaços livres públicos torna o ambiente urbano vazio e inóspito, em razão da ausência de pessoas circulando pelo espaço, prejudicando a relação usuário-ambiente e aumentando a sensação de insegurança. Jacobs (2013) defende que a segurança pública é resultante de um olhar espontâneo garantido por pessoas de variadas idades. Para a autora,

espaços com maior circulação de pedestres, densidade e usos variados são propensos a uma maior vitalidade urbana.

Hillier e Hanson (1984) afirmam que a morfologia urbana interfere diretamente na vitalidade dos espaços livres públicos, uma vez que o acesso a esses locais pode facilitar ou não o deslocamento da população pela cidade. O uso e a acessibilidade são para Robba e Macedo (2010) premissas básicas e diretrizes importantes para as apropriações no espaço público, na medida em que esse seja destinado à população e não aos veículos. Os autores afirmam que um espaço público que permite acesso facilitado, implicando em pouco deslocamento, promove a utilização por várias pessoas.

O acesso democrático e inclusivo às praças e parques urbanos é considerado por Thompson e Travlou (2007) característica primordial para a vitalidade urbana e condição fundamental para a equidade social e o exercício da democracia. A acessibilidade aos espaços livres públicos também foi sinalizada por Mendes (2017) ao observar a distribuição e a abrangência de praças e parques em relação à população, e se tais áreas priorizam ou não parcelas específicas do território urbano.

A abrangência é entendida como distância do espaço público até moradias, a partir de raios de influência ou de atendimento à população. A UN-HABITAT (2020b) utiliza como referência o raio de 400m de distância das praças até as residências, de modo a garantir o acesso aos espaços livres públicos na escala da vizinhança. A distância de 400m facilita o acesso dos pedestres de suas casas até as praças, em um intervalo de tempo médio de caminhada de cinco minutos (UN-HABITAT, 2020b), estimulando, assim, o uso dos espaços.

Ainda em relação à distribuição e à abrangência de praças urbanas, conforme ressaltam Macedo et al. (2018), importa considerar as demandas sociais, as características morfológicas do território e as condições ambientais e climáticas de cada cidade. Os autores sugerem que, idealmente, todo bairro ou vizinhança deva disponibilizar praças e parques “distribuídos ao alcance da caminhada de todos os moradores, que cada lote tivesse espaços privados ou coletivos generosos e a malha urbana fosse pontuada por diversos parques, tendo ainda as ruas e avenidas, arborização adequadas” (MACEDO et al., 2018, p. 20).

Sendo assim, importa evidenciar estudos que enfatizem a acessibilidade aos espaços públicos, tendo em vista a disponibilidade, a distribuição e o

atendimento desses em relação à população, como parâmetros de avaliação da distribuição socioespacial dos espaços públicos urbanos e da garantia da equidade social.

Diante dessas considerações, e dando sequência aos estudos sobre o sistema de espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha (ES), o presente artigo apresenta uma análise reflexiva da distribuição socioespacial e da abrangência dos espaços livres públicos, tendo como recorte espacial as praças da Regional 4 – Grande Cobilândia, município de Vila Velha (ES).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, com recorte de análise as praças da Grande Cobilândia, município de Vila Velha (ES). As atividades a serem desenvolvidas foram definidas em três etapas metodológicas: (1) contextualização do tema; (2) identificação e mapeamento das praças; e (3) análise da distribuição socioespacial das praças.

- 4 No primeiro momento, foi realizada a contextualização temática, por meio de pesquisas bibliográficas, a fim de compreender aspectos conceituais, classificatórios e distributivos dos espaços livres de uso público. Em seguida, houve a identificação e o mapeamento das praças utilizando-se do Sistema de Informações Geográficas (SIG) – no caso o software de geoprocessamento ArcGis (versão 10.4.1) –, que permitiu gerar uma base cartográfica digital com dados georreferenciados. No processo de identificação e mapeamento foram utilizadas imagens de satélite dos programas Google Earth e Google Maps, confrontando as informações presentes no Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2018) que considera as praças como Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIPs).

Na sequência foram realizadas análises sobre a disponibilidade, distribuição e abrangência das praças no contexto da Grande Cobilândia, utilizando-se da técnica de vetorização de feições espaciais com uma área de influência correspondente a um raio de 400m (BERKE et al., 2006; UN-HABITAT, 2020b), por meio da ferramenta espacial *buffer*.

De modo a compreender o cenário socioespacial no qual as praças estão inseridas, na sequência, a distribuição e a abrangência das praças foram correlacionadas com dados socioeconômicos de renda per capita e den-

sidade demográfica dos bairros (IBGE, 2010), bem como as ocorrências criminais em espaços públicos – dados esses disponibilizados pela Gerência do Observatório da Segurança Pública (GeOSP), vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (Sesp). Ademais, foram elaborados mapas de análise urbanas, considerando a hierarquia viária e a presença de equipamentos comunitários dentro do raio de atendimento à população de 400m, no intuito de compreender melhor o contexto urbano de acessibilidade espacial das praças analisadas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA REGIONAL GRANDE COBILÂNDIA

Considerada a cidade mais antiga do estado do Espírito Santo, Vila Velha (Figura 1) é também a segunda mais populosa do estado, com a população estimada, segundo o IBGE (2021), de 508.655 habitantes. Sua área territorial é de aproximadamente 210,225km² e apresenta uma densidade demográfica de cerca 20hab/ha (IBGE, 2021).

O município é dividido em cinco regiões administrativas: Regional 1 – Grande Centro; Regional 2 – Grande Ibes; Regional 3 – Grande Aribiri; Regional 4 – Grande Cobilândia; e Regional 5 – Grande Juçu (VILA VELHA, 2008). A Figura 1 ilustra a localização da cidade de Vila Velha, com ênfase na Regional 4 – Grande Cobilândia, recorte espacial deste estudo, identificada na cor lilás.

Segundo a classificação de Macedo et al. (2018), Vila Velha é uma cidade linear à beira-mar, com um sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontinuada. Tal característica, apesar de permitir um acesso moderado de seus moradores às praias, não contempla todo o município. Algumas regiões encontram-se mais afastadas do litoral, como ocorre na Regional 4, em estudo, situada na parte mais ocidental do município, cujo tecido urbano mais central e adensado dista cerca de 7km da praia.

A Regional 4 – Grande Cobilândia (Figura 2), segundo o registro do último Censo do IBGE de 2010, possui uma densidade demográfica de cerca 74hab/ha (representando a terceira regional mais adensada do município), com uma população de aproximadamente 65.970 habitantes e uma extensão territorial de 8.963.554m². Apesar da inexistência de registros mais

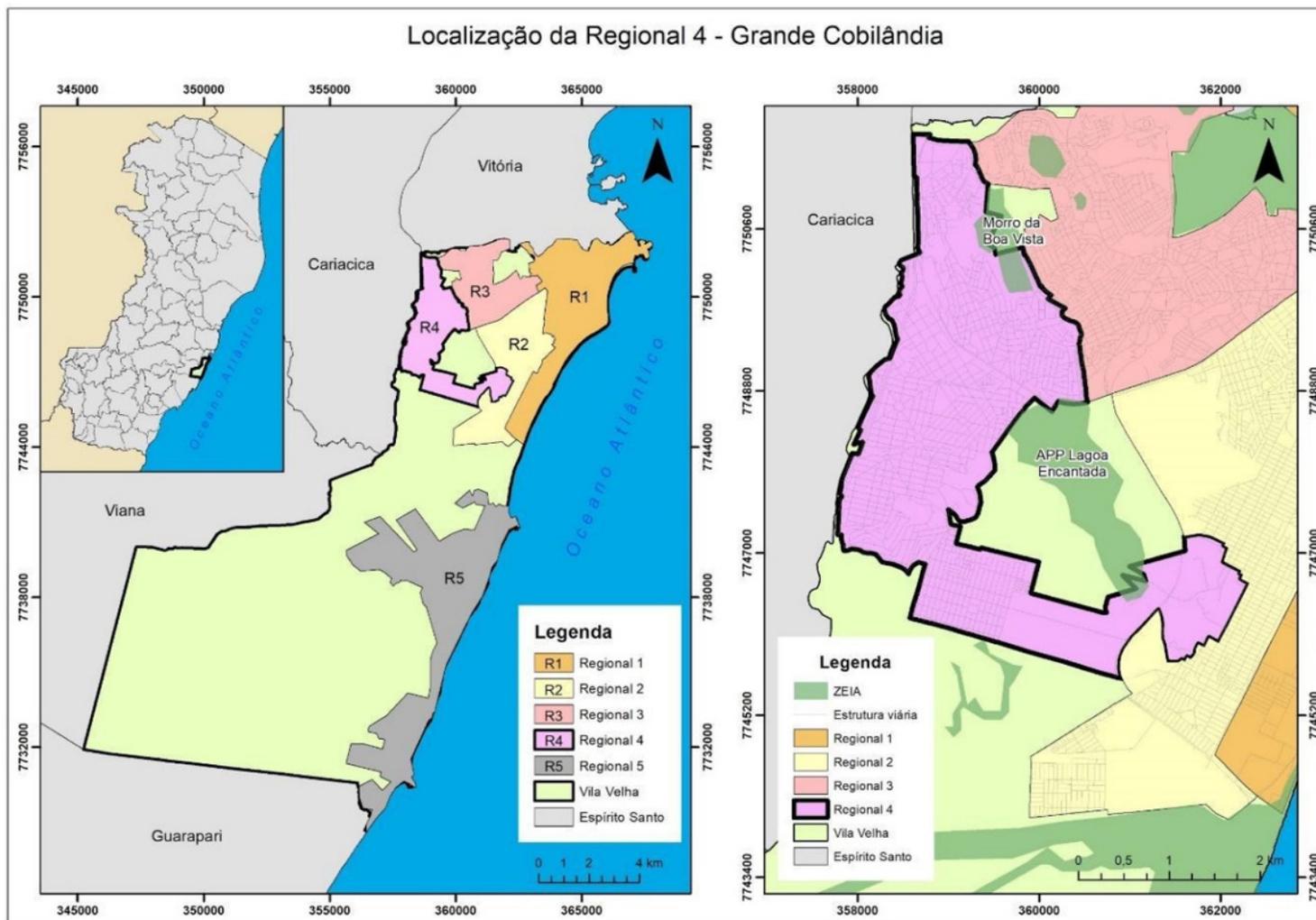


Figura 1 – Mapa ilustrando a localização do município de Vila Velha e suas regiões administrativas. O mapa da direita evidencia a Regional 4 – Grande Cobilândia.

atuais por bairro, segundo estimativa de crescimento populacional no ano 2021 (IBGE, 2021), o município de Vila Velha cresceu cerca de 20% em relação ao último censo.

No que tange à renda per capita média da regional – na qual os dados mais recentes são referentes ao Censo de 2010 –, esta apresentava um valor médio equivalente a R\$1.107,24, o que correspondia, no mesmo ano, a

cerca 2,17 salários mínimos (IBGE, 2010). A regional é dividida em 14 bairros: São Torquato, Cobi de Baixo, Cobi de Cima, Nova América, Alvorada, Alecrim, Cobilândia, Jardim Marilândia, Industrial, Planalto, Rio Marinho, Santa Clara, Jardim do Vale e Vale Encantado (Figura 2).

A Regional 4 – Grande Cobilândia possui áreas residenciais, comerciais, empresariais e ambientais. Segundo o Plano Diretor Municipal (VILA VE-

6

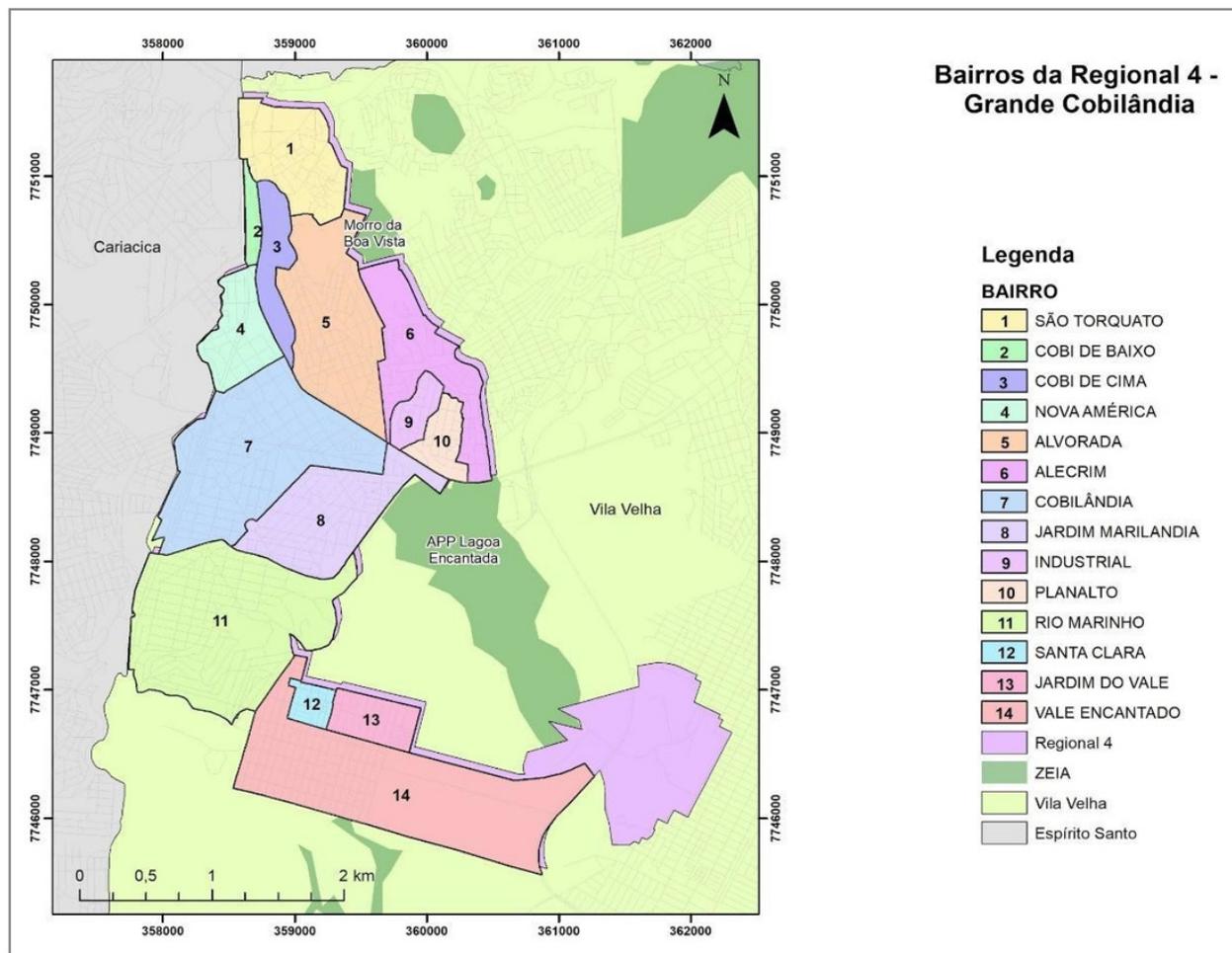


Figura 2 – Mapa com a divisão dos bairros da Regional 4 – Grande Cobilândia.

rios e canais que cortam a região, tais como o Canal de Cobilândia, o Rio Marinho e o Rio Aríbiri, atualmente poluídos devido ao despejo inadequado de esgoto. Esses canais encontram-se identificados nos mapas das Figuras 3 e 4 pela linha azul, nomeada hidrografia.

Percebe-se também que quase toda a extensão territorial da regional apresenta potencial de alagamento, com exceção dos bairros situados nas

extremidades mais altas, com topografias acentuadas (curvas de níveis ilustradas pelas linhas na cor cinza claro na Figura 4). Tais características, somadas às ocupações irregulares às margens dos canais e em áreas de proteção ambiental, possibilitam, nas épocas de grandes chuvas, um aumento dos riscos de enchentes e alagamentos na região.

8

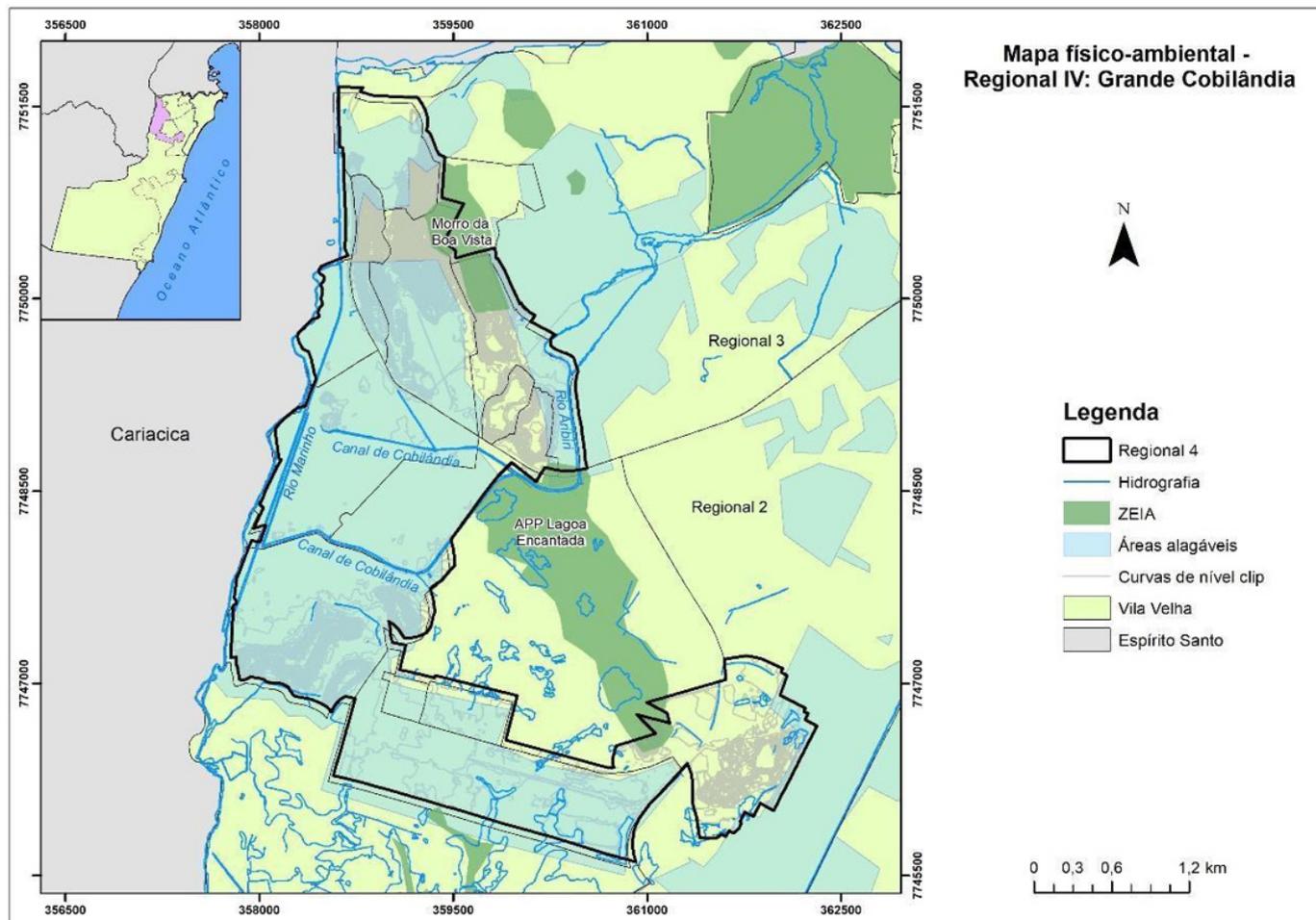


Figura 4 – Mapa físico-ambiental da Regional 4 – Grande Cobilândia.

4. DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DAS PRAÇAS DA GRANDE COBILÂNDIA

Segundo o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, a Regional da Grande Cobilândia, possui 12 ZEIPs, que correspondem a “áreas do território municipal, de propriedade ou interesse público, onde é fundamental a manutenção e qualificação dos espaços livres de uso público ou voltados à implantação de equipamentos públicos” (VILA VELHA, 2018, p. 59).

Entretanto, durante o mapeamento e em visitas técnicas às praças, observou-se que, das 12 ZEIPs identificadas no Plano Diretor, seis correspondem a espaços livres, caracterizados por espaços vazios, sem nenhum tipo de equipamento ou infraestrutura que permita caracterizá-los como praças ou outro espaço livre público, nomeados nesse trabalho como “ZEIPs sem infraestrutura de praça”. Apenas cinco das ZEIPs mapeadas podem ser consideradas praças, localizadas nos bairros de Cobilândia, Jardim Marilândia, Nova América, Vale Encantado e São Torquato. Em uma das ZEIPs, localizada no bairro Jardim Marilândia, encontra-se instalado um edifício correspondente a uma Escola Municipal de Ensino Fundamental.

Vale destacar que, nesta pesquisa, na identificação e mapeamento, foram consideradas praças os espaços “livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer, ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 17). Espaços esses que apresentam atributos arquitetônicos e paisagísticos, que convergem como espaço de centralidade, dotados de equipamentos e mobiliários urbanos que permitem o uso e apropriação da população (ROBBA; MACEDO, 2010), com área mínima de 450m², conforme estabelecido por Jantzen (apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992).

A Figura 5 ilustra, com uma gradação de cores (do azul ao vermelho), a distribuição de praças presentes nos bairros da Regional 4 – Grande Cobilândia, sendo, em azul, os bairros que apresentam no mínimo uma praça; em laranja, aqueles com ausência de praça, porém com áreas de ZEIPs com potencial de se tornar uma praça; e, em vermelho, os bairros com a ausência de praça e/ou ZEIP.

Nota-se uma distribuição não homogênea das praças pelo território da Grande Cobilândia, com maior concentração delas na parte central e

plana da regional, onde estão situados os bairros mais consolidados, datados da década de 1960 e originados a partir do parcelamento do solo urbano, tais como os bairros de Cobilândia e Vale Encantado (MORA-DORES..., 2003). Em contrapartida, destaca-se a ausência de praças ou outros espaços livres públicos nos bairros em áreas de relevo acentuado, caracterizadas por um processo de ocupação espontânea.

De modo a refletir sobre uma possível visão sistêmica dos espaços livres públicos da Regional Cobilândia, na Figura 5 também estão evidenciadas as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs) nas proximidades da regional (evidenciadas em verde escuro e verde mais claro como ZEIA-B), a hidrografia (linhas azuis), bem como alguns trechos de ciclorrotas e ciclovias (linhas tracejadas em amarelo e marrom, respectivamente) e as vias que possuem canteiros centrais (linha verde claro). Demais espaços livres públicos, como largos, vias exclusivas para pedestres e outros pontos de apropriação pela população para práticas sociais não foram observados no levantamento.

Apesar da proximidade com as ZEIAs Lagoa Encantada, Morro do Pão Doce e Morro do Osso, estas são áreas de difícil acesso e uso restrito, com exceção da Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa Encantada, situada em encosta de morro, que sofre com as ocupações irregulares. A única ZEIA que possui acesso público é a Unidade de Conservação do Parque da Manteigueira (destacado em verde escuro); entretanto, esta dista cerca de 7km do ponto mais central e adensado da Regional 4 (Praça Sebastian Cibien, no bairro Cobilândia).

Embora perceba-se uma carência quantitativa e uma não equidade na distribuição dos espaços livres públicos na regional em estudo, notam-se possibilidades de inter-relação entre os espaços, principalmente em relação às ZEIPs ainda vazias, a malha viária com vias dotadas de canteiros centrais que potencializam o acesso e a melhoria na conexão com as praças, assim como o Canal de Cobilândia e o Rio Marinho, que cortam a regional, e que, apesar de não qualificados, possuem margens que podem ser consideradas espaços livres públicos potenciais para instalação de parques lineares. Tais discussões serão melhor enfatizadas no próximo item.

Na Figura 6, é possível visualizar, no interior da linha vermelha, a Regional 4 e suas respectivas áreas planas (com destaque para os bairros de Nova

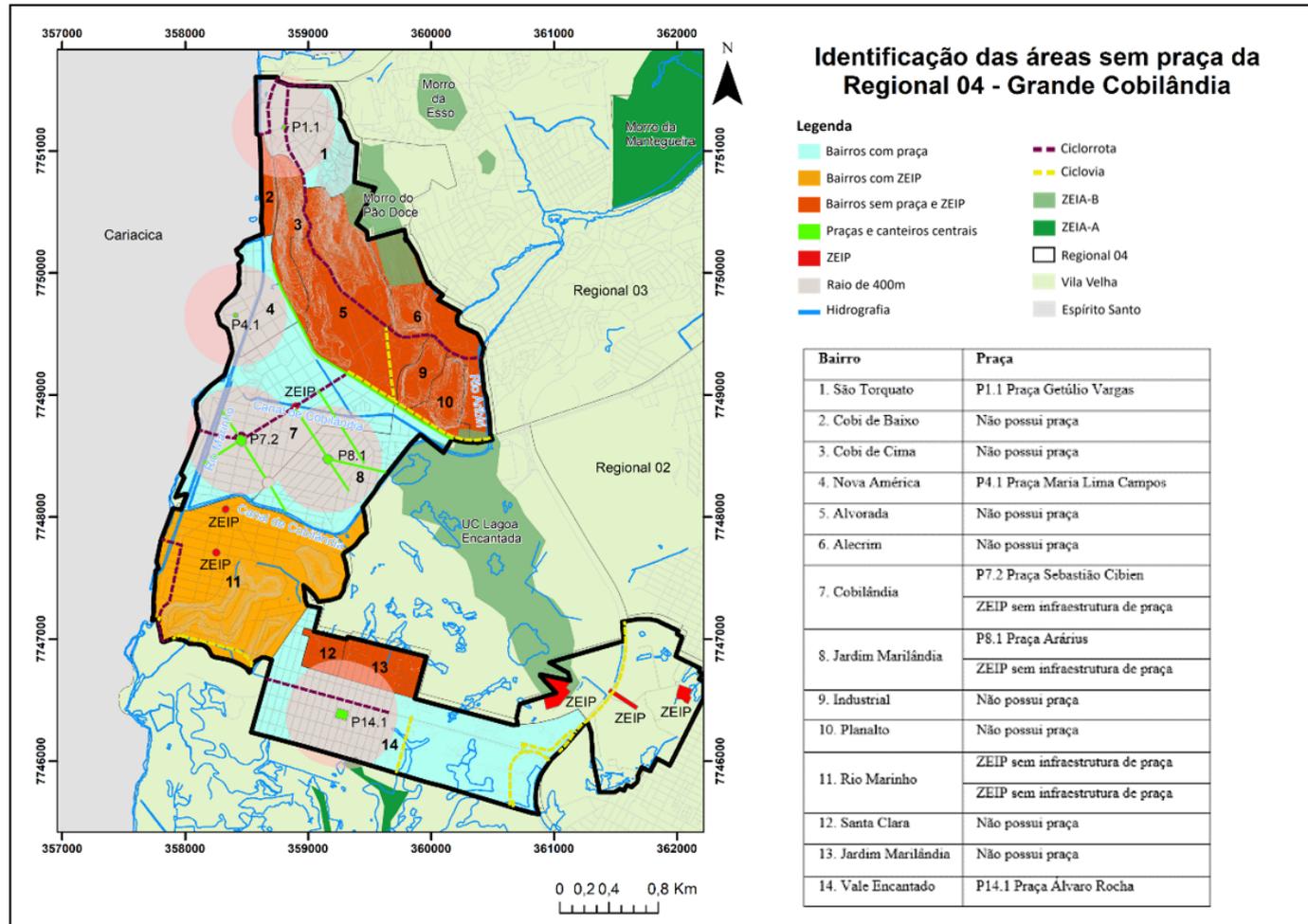


Figura 5 – Identificação das ZEIPs e das praças da Regional 4 – Grande Cobilândia.
Fonte: Elaborada pelas autoras no software ArcGis com base no Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2018).

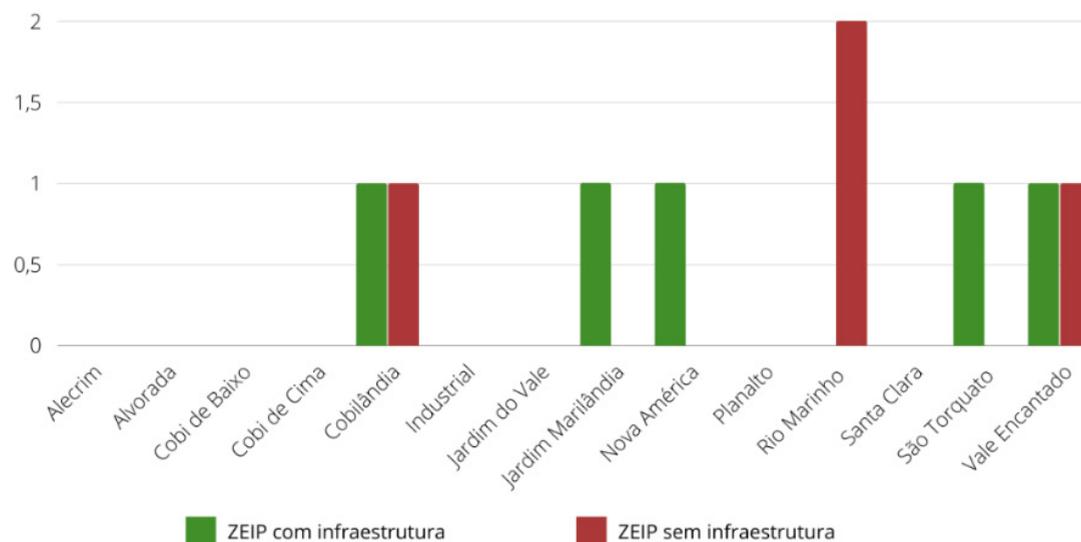


Figura 6 – Foto área da Regional evidenciando os bairros com topografia acentuada
 Fonte: Google Earth (2021), editado pelas autoras.

América, Cobilândia e Jardim Marilândia), bem como as regiões localizadas em terrenos de relevo acentuado, ao longo do morro da Boa Vista ou em proximidade do Rio Marinho (atualmente um canal poluído). A Figura 6 destaca, com uma mancha laranja, os bairros Cobi de Cima, Cobi de Baixo, Alvorada, Alecrim, Planalto e Industrial, caracterizados por ocupações espontâneas e ausência de espaços livres.

O Gráfico I, a seguir, exemplifica a quantidade de ZEIPs na Regional da Grande Cobilândia, separando a classificação em “ZEIP praça” e “ZEIP sem infraestrutura” pela cor verde e vermelha, respectivamente. No total, nove bairros são ausentes de praças e de ZEIPs com infraestrutura, e apenas cinco possuem praças.

Gráfico I – Distribuição por bairros das ZEIPs com infraestrutura de praça (em verde) e das ZEIPs sem infraestrutura de praça.



12

Vale ressaltar que, em abril de 2021, na área equivalente a uma das ZEIPs sem infraestrutura situada no bairro Cobilândia, a Prefeitura Municipal de Vila Velha, em parceria com o Governo Federal, iniciou as obras da Praça Deus Pai.

A Tabela I ilustra a abrangência das praças na Regional Grande Cobilândia. As análises consideram, dentro do raio de atendimento de 400m das praças mapeadas, a população contemplada, bem como a área de influência, tanto em relação às praças quanto em relação às ZEIPs sem infraestrutura. Essas últimas foram consideradas tendo em vista o potencial para se tornarem espaços livres públicos para práticas sociais.

Observa-se que somente 27,25% da extensão territorial da Grande Cobilândia e cerca de 22,91% de sua população é contemplada por praças, quando considerado o raio de influência de 400m. Se forem consideradas as ZEIPs sem infraestrutura de praça, tal porcentagem aumenta, mas ainda permanece baixa, resultando em 38,50% de área de influência territorial da regional e 37,23% de atendimento à população.

Para melhor compreensão da distribuição socioespacial das praças, foi também realizada uma análise da relação da área total de praça para cada habitante da regional (m^2/hab). O resultado indica uma relação de $0,23m^2$ de área de praça por habitante da Grande Cobilândia, considerada inferior – de três a quatro vezes menos – ao sugerido por Jantzen (apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992), que é de, no mínimo, $0,75m^2/hab$, não atendendo de maneira satisfatória toda a população da regional.

No intuito de averiguar o contexto urbano das praças, foi realizado um mapeamento dos equipamentos comunitários (instituições religiosas, escolares, de saúde, policiais e sociais) e da hierarquia viária dentro do raio de abrangência de 400m das praças. A Figura 7 apresenta um quadro com a ficha técnica realizada para análise do entorno de cada uma das cinco praças: Praça Getúlio Vargas, Praça Maria Lima Campos, Praça Sebastião Cibien, Praça Arárius e Praça Álvaro Rocha.

Nota-se, no entorno de todas as praças da regional, a presença de instituições religiosas e educacionais, com destaque para uma maior va-

Tabela I – Abrangência das praças da Regional 4 – Grande Cobilândia

Acessibilidade dos espaços para práticas sociais na Regional Grande Cobilândia						
Regional 04	PRAÇAS - ZEIP com infraestrutura		ZEIP sem infraestrutura		TOTAL	
População total	População de influência		População de influência		População de influência	
65.970 habitantes	N° habitantes	Porcentagem	N° habitantes	Porcentagem	N° habitantes	Porcentagem
	15.114 hab.	22.91%	9.488 hab.	14.32 %	24.562 hab.	37.23%
Área total	Área de influência		Área de influência		Área de influência	
8.9663.554 m ²	Dimensão	Porcentagem	Dimensão	Porcentagem	Dimensão	Porcentagem
	2.442.601,83 m ²	27.25%	1.008.560,87 m ²	11.25%	3.451.162,70 m ²	38.50%

riedade de equipamentos comunitários – incluindo instituições policiais, de saúde e sociais – na Praça Getúlio Vargas e na Praça Álvaro Rocha, situadas nos bairros São Torquato e Vale Encantado, respectivamente. A predominância do uso misto, assim como a proximidade com equipamentos comunitários, conforme defendido por Jacobs (2013), favorecem a ocupação e a movimentação de pedestres na praça. Observa-se ainda que duas praças (Praça Álvaro Rocha, situada no bairro de Vale Encantado, e a Praça Maria Lima Campos, no bairro de Nova América) estão situadas em bairros exclusivamente residenciais, de baixa densidade, circundadas por vias locais e com baixo fluxo de pedestres.

Ainda para compreender o cenário socioespacial no qual as praças estão inseridas, realizou-se uma correlação entre a distribuição das praças com dados socioeconômicos de renda per capita e densidade demográfica de cada bairro da Grande Cobilândia. A Figura 8 apresenta a distribuição de renda per capita por bairros da regional e a distribuição das praças. A gradação de cor mais clara identifica os bairros com renda per capita inferior a um salário mínimo, e a cor mais escura, os bairros com renda per capita de dois a três salários mínimos¹.

Observa-se que a maior renda per capita da Grande Cobilândia atinge dois a três salários mínimos, evidenciando um cenário de vulnerabilidade

¹ Conforme enfatizado na metodologia, foram utilizados os dados do IBGE (2010), que, apesar de não serem recentes, são os únicos dados oficiais disponíveis. Nessa data, o salário mínimo referente era de R\$510,00 e a renda média da população da regional de R\$1.107,24.

socioeconômica. Observa-se a presença de praças e ZEIPs implantadas em bairros planejados e de rendas maiores, como é o caso dos bairros de Nova América, Cobilândia e São Torquato, contrapondo a ausência de praças em bairros de rendas inferiores.

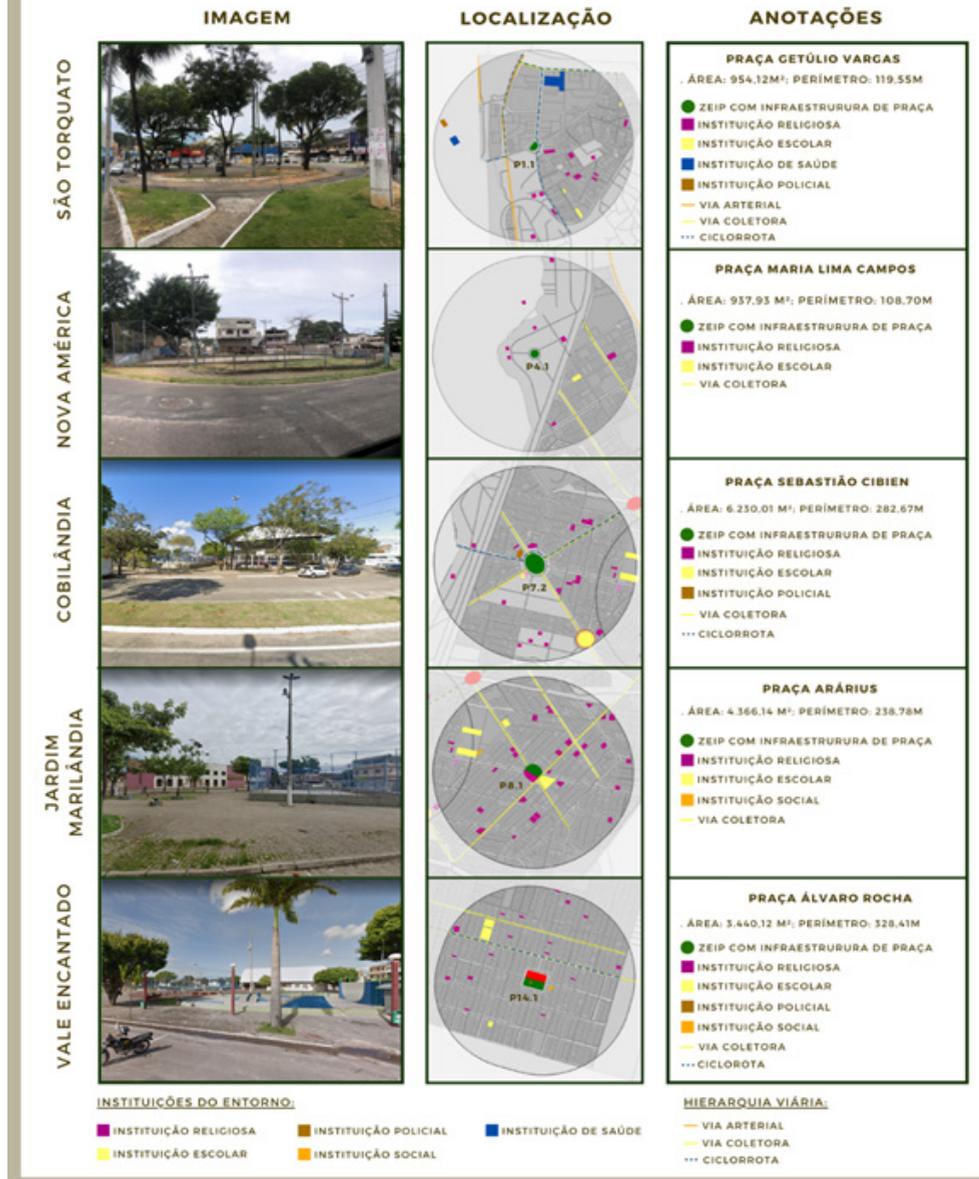
A Figura 9 ilustra a densidade demográfica em habitantes por hectare (hab/ha) dos bairros da Grande Cobilândia e a distribuição das praças. Em uma escala de gradação de cor mais clara estão representados os bairros com até 50hab/ha, e a cor mais escura, aqueles com densidade demográfica superior a 201hab/ha.

Percebe-se, ao analisar as Figuras 8 e 9, um cenário de desequilíbrio e inequidade na distribuição socioespacial das praças na regional. Cobi de Baixo é um exemplo de bairro que, apesar de apresentar alta densidade demográfica e renda per capita inferior (um salário mínimo), não possui praças em seu tecido urbano. Ao contrário, o bairro de Cobilândia, que dispõe de densidade demográfica baixa (51-100hab/ha), detém uma das maiores rendas per capita da regional. O bairro Cobilândia possui duas ZEIPs, sendo uma delas a Praça Sebastião Cibien e outra uma grande rotatória que, em abril de 2021, recebeu ordem de serviço para readequação do espaço e implantação do projeto da praça Deus é Pai (PRAÇA..., 2021).

Se a análise da distribuição das praças for considerada na escala dos bairros, além de Cobilândia, o bairro de Vale Encantado – apesar da existência de apenas uma praça – também consegue contemplar quase a totalidade

FICHA TÉCNICA

ESPAÇOS DE USO PÚBLICO DA REGIONAL 04, VILA VELHA, ES



14

Figura 7 – Ficha técnica ilustrando os equipamentos comunitários e a hierarquia viária no entorno das praças da Grande Cobilândia, considerando o raio de abrangência de 400m.

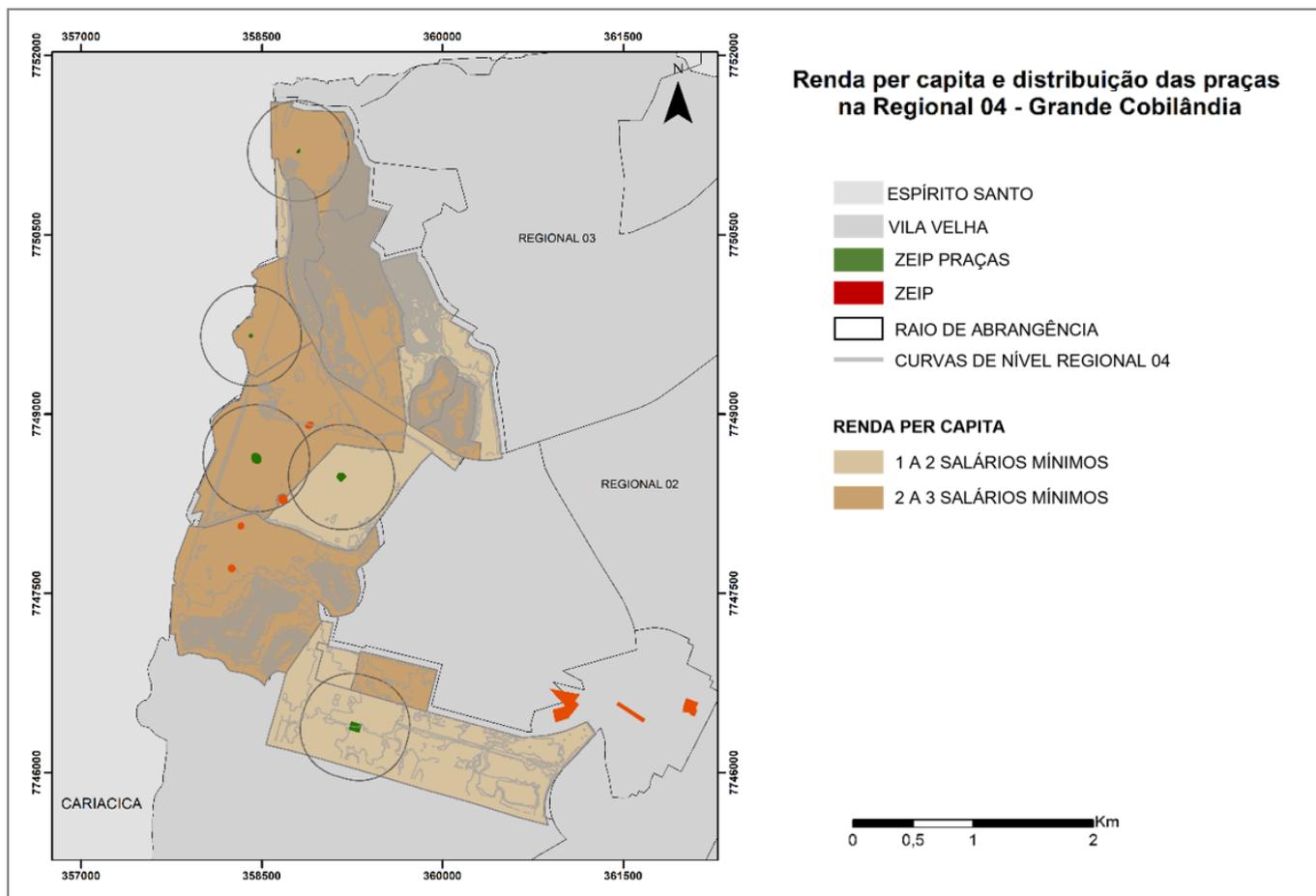


Figura 8 – Mapa correlacionando a distribuição das praças e a renda per capita por bairros da Regional 4.

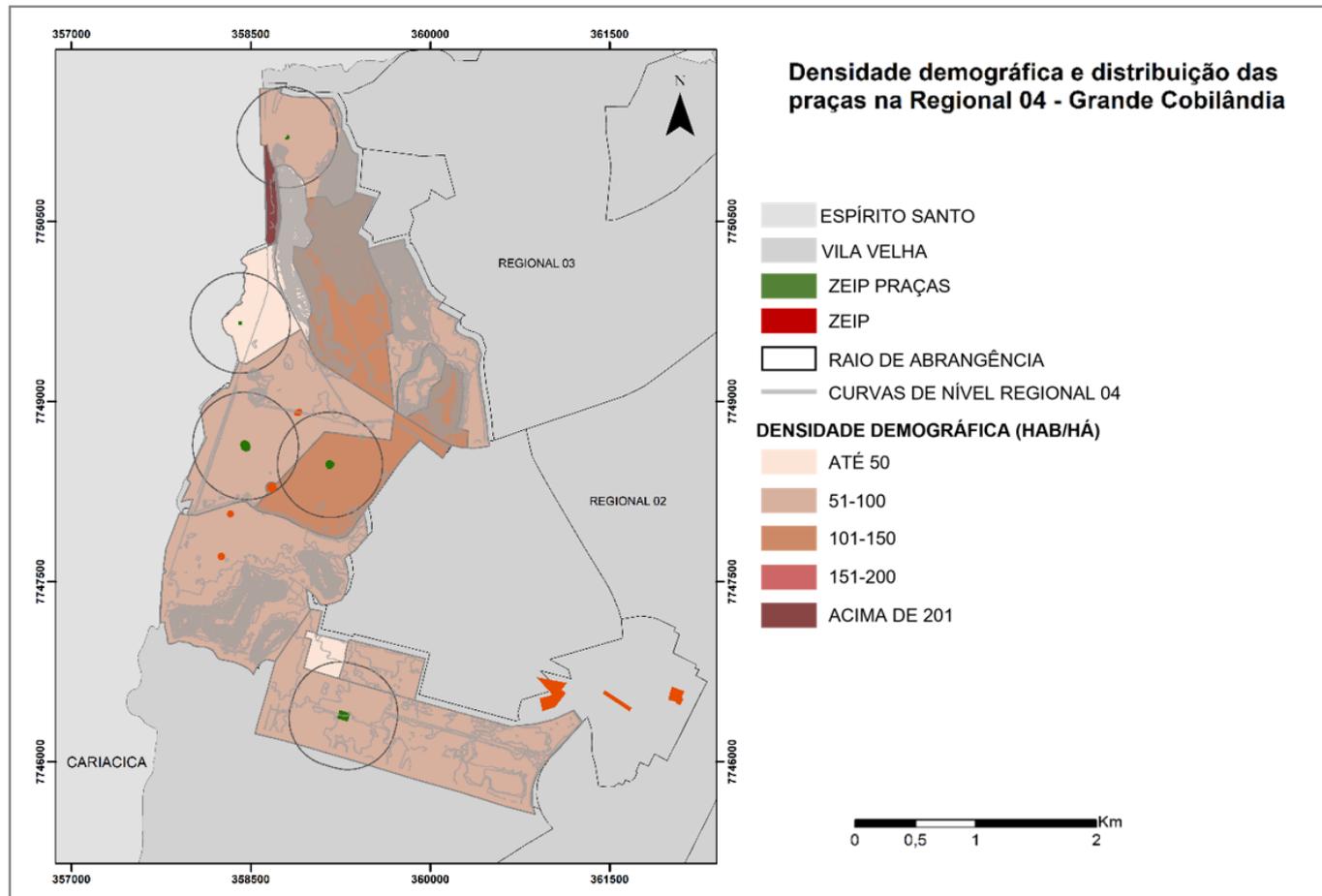


Figura 9 – Mapa correlacionando a distribuição das praças e a densidade demográfica (hab/ha) por bairros da Regional 4 – Grande Cobilândia.

dos moradores dos bairros. Esses bairros, juntamente com o bairro de Rio Marinho, apresentam significativa potencialidade para estruturação de um sistema de espaços livres, principalmente devido à existência de outras ZEIPs vazias, que, somadas a investimentos na malha viária e nos canais existentes, poderiam aumentar a oferta por espaços livres e melhorar a conectividade entre eles.

De modo a evidenciar a importância das praças para vitalidade urbana e consequente vigilância natural – a partir de dados fornecidos pela Sesp (2020) do estado do Espírito Santo, aliados ao mapeamento das praças da

Grande Cobilândia –, foi verificada a relação entre a presença de praças e as ocorrências criminais no contexto urbano da regional. Para essa análise, foram consideradas três categorias de crimes ocorridos no espaço público: (1) homicídio e tentativas de homicídios; (2) tráfico de drogas e demais entorpecentes; e (3) roubos, furtos e tentativas de roubos e furtos, em um recorte temporal de janeiro de 2016 a dezembro de 2019.

Os mapas de densidade de Kernel, ou também chamados de mapas de calor (Figura 10), ilustram – por meio da gradação de cores do azul ao vermelho – os espaços públicos onde foram registradas incidências crimi-

nais, bem como a distribuição das praças da Regional e seus respectivos raios de atendimento à população. Percebe-se que a maioria dos crimes de homicídios e tráfico de drogas (primeiro e segundo mapas da Figura 10) encontram-se fora dos raios de abrangência das praças, situados em áreas mais periféricas, sem grande fluxo de pessoas e em regiões caracterizadas por aglomerados subnormais.

Nota-se, ainda, ao analisar as ocorrências de crimes nos espaços públicos da regional, que o entorno da Praça Getúlio Vargas (bairro São Torquato) apresenta alta incidência criminal, situação essa que reflete o contexto de vulnerabilidade social em que a praça está inserida. Ademais, observa-se que praças com entorno predominantemente comercial e com maior circulação de pessoas apresentam índices maiores de

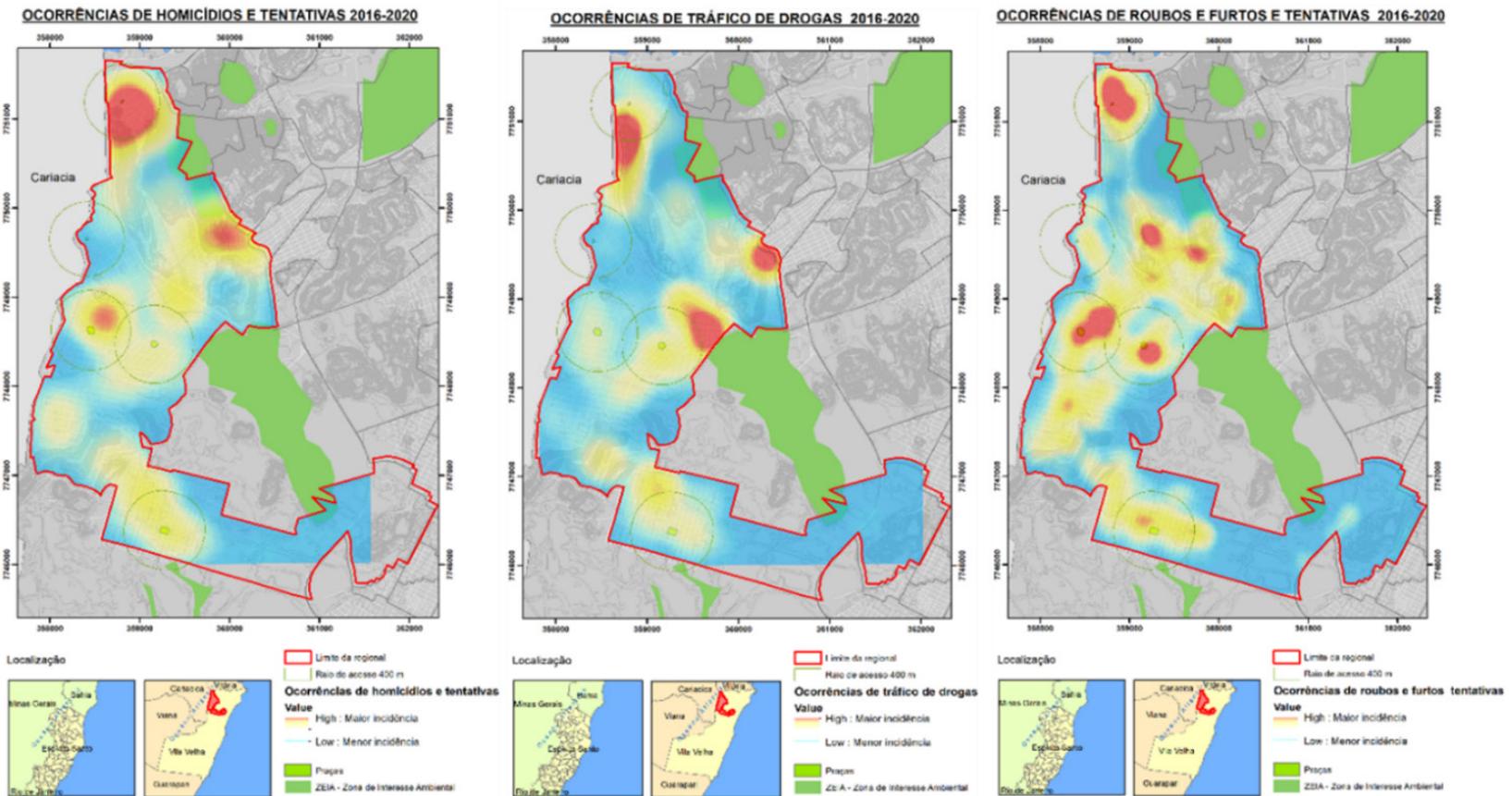


Figura 10 – Mapas de densidade correlacionando a distribuição das praças e a incidências de crimes em espaços públicos da Regional 4 – Grande Cobilândia. O primeiro deles representa as ocorrências de homicídio e tentativas de homicídios; o segundo, as ocorrências de tráfico de drogas e demais entorpecentes; e o terceiro, os crimes de roubos, furtos e tentativas de roubos e furtos.

Fonte: Elaborada pelas autoras no software ArcGis com base nos dados fornecidos pela Sesp (2020).

roubos e furtos, porém crimes como homicídio e tráfico de drogas são mais raros.

5. RECOMENDAÇÕES PARA MAIOR EQUIDADE NA OFERTA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA GRANDE COBILÂNDIA

Por fim, com base nas análises anteriores, foi possível verificar a carência no atendimento à população e a distribuição não equitativa das praças e de outros espaços livres públicos na Regional 4 – Grande Cobilândia. Desse modo, a partir das reflexões apontadas neste artigo, algumas propostas foram elencadas no intuito de buscar deixar aqui sugestões para aumentar a oferta de espaços públicos na regional.

A Figura II ilustra tais propostas em alguns espaços da regional, com a correspondente numeração especificada, tais como:

18

- 1) Investimentos para implantação de praças urbanas nas ZEIPs mapeadas vazias que aguardam intervenção do poder público, bem como construção de pequenas praças em terrenos vazios, preferencialmente nos espaços mais periféricos, não contemplados pelo raio de atendimento à população de 400m, de modo a garantir ao menos uma praça ao alcance dos moradores.
- 2) Criação de pequenos parques lineares com pista de caminhada e ciclovias nas margens dos canais, a fim de proporcionar uma melhor macrodrenagem para a regional, auxiliar na conectividade entre os espaços, melhorar a paisagem urbana e criar oportunidades para práticas sociais e esportivas.
- 3) Nos finais de semana e feriados, algumas vias principais de bairros possuem potencial para serem fechadas para uso exclusivo de pedestres, incentivando assim a ocupação, em especial por moradores dos bairros, para as práticas de lazer.
- 4) Possibilidade de abertura para o público, nos finais de semana, dos pátios e quadras poliesportivas das escolas de nível fundamental.
- 5) Aumento da mobilidade ativa, em especial nas principais vias que conduzem às praças, como incentivo ao acesso aos espaços públi-

cos, através da construção de ciclovias/ciclofaixas e de infraestrutura adequada à caminhabilidade.

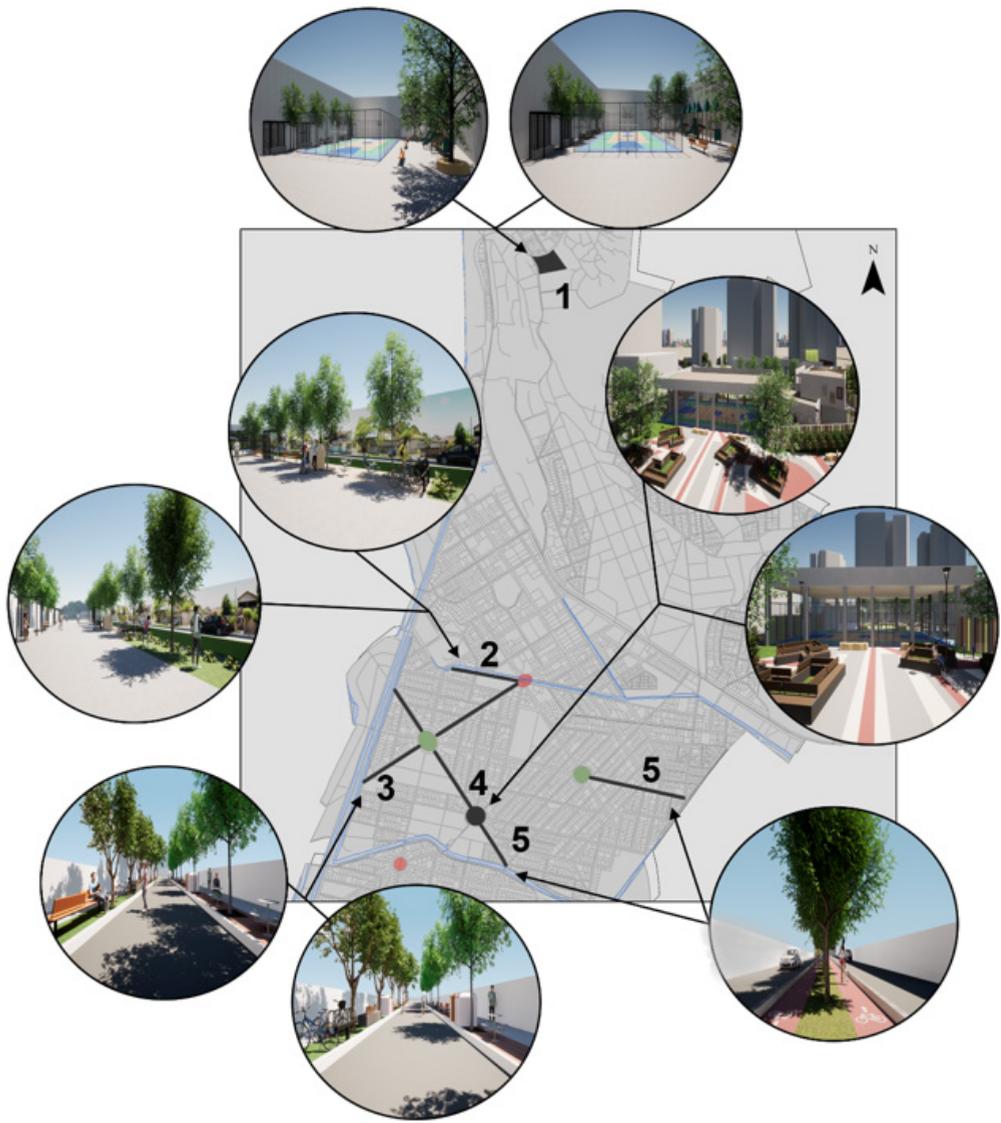
Outras propostas que visam ao aumento das ofertas de tais espaços públicos no espaço urbano é o investimento na infraestrutura dos passeios públicos para incentivar os deslocamentos a pé e o acesso facilitado às praças e demais espaços públicos. Deste modo, aconselha-se que – em especial aquelas vias que conectam as praças – possuam calçadas mais largas, dimensionadas para incentivar o fluxo de pedestres, com faixa livre acessível e imóveis lindeiros apresentando boa manutenção, diversidade de usos e funções. Por fim, recomenda-se o tratamento sistêmico dos espaços livres públicos, tendo em vista que a regional possui, além das margens dos canais, vias potenciais com largura e infraestrutura apropriada para implantação de ciclovias e canteiro central arborizado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da distribuição socioespacial das praças da Regional 4 – Grande Cobilândia revelaram que a acessibilidade aos espaços livres públicos – no que tange à disponibilidade e a abrangência das praças, considerando o raio de atendimento à população de 400m – não é homogênea e, portanto, é insuficiente para atender toda a população da regional.

Ademais, bairros de vulnerabilidade socioeconômica e alta densidade demográfica não apresentam nenhuma praça ou outro espaço livre público, enquanto bairros de baixa densidade são contemplados por mais de uma praça. A exemplo, o bairro Cobi de Baixo, apesar de apresentar alta densidade demográfica e baixa renda per capita, não possui praças em seu tecido urbano.

As análises revelam ainda que núcleos urbanos situados em áreas inclinadas, em bairros caracterizados por ocupações espontâneas, são os mais afetados, já que também apresentam altas densidades populacionais e ausência de espaços livres públicos. Tal cenário evidencia a necessidade de ações e políticas públicas inerentes visando à criação de novos espaços livres públicos com o objetivo de atender a população dos bairros não contemplados, garantindo assim uma maior equidade na oferta e na distribuição dos espaços livres públicos na Grande Cobilândia. Destacam-se ainda os processos de transformações com as intervenções nos espaços



LEGENDA

- | | | |
|-------------|-------------|---------------------|
| REGIONAL 04 | HIDROGRAFIA | PRAÇA |
| LOTES | ZEIP | ÁREA DE INTERVENÇÃO |

Figura II – Estudos para aumentar a oferta de espaços livres públicos para práticas sociais na Regional 4.

da Grande Cobilândia que estão sendo realizados pela Prefeitura de Vila Velha, a citar a implantação de uma nova praça na entrada do bairro Cobilândia (Praça Deus é Pai), a reforma na Praça Maria Lima Campos (bairro Nova América), os estudos para o Parque Natural na APA da Lagoa Encantada e as intervenções de limpeza e macrodrenagem no Canal de Cobilândia e Rio Marinho, obras que estão sendo realizadas juntamente com o Governo do Estado e que visam à construção da Galeria-Dique e do Parque Linear do Canal Marinho.

A regional, apesar de limitados, possui espaços potenciais para novas intervenções, como as ZEIPs sem infraestruturas identificadas no estudo, que aguardam projetos de praças urbanas. A malha viária, com vias dotadas de canteiro central, também pode ser melhor aproveitada para a arborização urbana e para o incentivo dos deslocamentos a pé, garantindo a acessibilidade espacial às praças e a conexão com os demais espaços públicos.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para novas pesquisas e intervenções futuras nos espaços livres públicos da cidade de Vila Velha, em especial visando melhorar a qualidade urbana e introduzir ambientes que estejam voltados para a integração, participação e convívio da população. A partir do resultado das análises, a pesquisa visa orientar políticas públicas, auxiliar no planejamento ambiental e urbano municipal e na formulação de princípios para uma visão sistêmica dos espaços livres. Espera-se, ainda, consolidar e estimular estudos que reforçam a importância dos espaços livres no contexto do ambiente urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKE, Philip R. et al. **Urban Land Use Planning**. 5. ed. Champaign: University of Illinois Press, 2006.

CASTRO, Alexandre B. C.; FREITAS, Paulo Vitor N. de.; SILVEIRA, José Augusto R. da. Análise configuracional dos espaços livres públicos em cidades de porte médio. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; COSTA, Angelina Dias Leão; SILVA, Milena Dutra da (orgs). **Espaços livres públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas**. João Pessoa: AB Editora, p. 127 -145, 2016.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1.; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: PMV, 1992. p. 29-38.

GOOGLE EARTH. **Google Earth website**. <http://earth.google.com>. 2021.

HANNES, Evy. Espaços abertos/espaços livres: um estudo de tipologias. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 37, p. 121-144, 2016.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

IBGE. **Cidade e estados**: Vila Velha. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

IBGE. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ITDP Brasil. **Índice de Caminhabilidade Ferramenta**. Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MACEDO, Sílvio Soares et al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.

MAGNOLI Miranda. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Valério. **Urbis brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras**. Brasília, DF: UnB, 2013.

MENDES, Alexandra Filipa Letra. **Avaliação da disponibilidade e acessibilidade a espaços verdes em quatro áreas urbanas**: Lisboa, Porto, Braga e Coimbra. 2017. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

MORADORES mudaram Cobilândia. **A Tribuna**, Vitória, 10 set. 2003, p. 9, c. 1-5. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170223_aj17892_bairro_cobilandia_vilavelha.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

PRAÇA Deus Pai em Cobilândia será revitalizada. **Folha Vila Velha**, Vila Velha, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://folhaviavelha.com.br/praca-deus-pai-em-cobilandia-sera-revitalizada/noticias/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 24, p. 81-87. 2007.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

SESP. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo. **Dados georreferenciados das ocorrências criminais em Vila Velha - anos 2016 a 2020**. Gerência do Observatório da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (GeOSP). 2020.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

THOMPSON, Catharine Ward; TRAVLOU, Penny (ed.). **Open Space: People Space**. Abingdon: Taylor and Francis, 2007.

UN-HABITAT. **Mensagens-chave do ONU-Habitat: espaços públicos e covid-19**. Nairobi: UN-Habitat, 2020a. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/06/pt_public_space.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

UN-HABITAT. **Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality PUBLIC Spaces at Neighbourhood Level**. Nairobi: UN-Habitat, 2020b. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/final_pssa_v1_reviewed_compressed.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

VILA VELHA. **Lei Complementar nº 65, de 9 de novembro de 2018**. Institui a revisão decenal da Lei Municipal nº 4.575/2007 que trata do Plano Diretor Municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha: Câmara Municipal, 2018.

VILA VELHA. **Lei nº 4.707, de 10 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Vila Velha: Câmara Municipal, 2008.

Larissa Letícia Andara Ramos
Universidade Vila Velha (UVV). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Cidade (PPGAC-UVV). Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Av. Comissário José Dantas de Melo, nº 21, 29102-920, Boa Vista II, Vila Velha,
ES, Brasil
CV: <https://lattes.cnpq.br/2687764478783021>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2295-8995>
larissa.ramos@uvv.br

Amanda Chaves Matos
Universidade Vila Velha (UVV). Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Av. Comissário José Dantas de Melo, nº 21, 29102-920, Boa Vista II, Vila Velha,
ES, Brasil
CV: <http://lattes.cnpq.br/4918805519829306>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0300-3834>
amandamatosarq@gmail.com

Luciana Aparecida Netto de Jesus.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil (PPGEC-UFES). Curso de Engenharia Civil.
Av. Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil, CEP 29075-910
CV: <http://lattes.cnpq.br/9111947062667117>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0614-2782>
luciana.a.jesus@ufes.br

Karla Moreira Conde.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Departamento de Engenharia
Civil.
Av. Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil, CEP 29075-910
CV: <http://lattes.cnpq.br/0604130516216395>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1258-7465>
karla.conde@ufes.br

Nota do editor:
Recebido em: 31/01/2022
Aprovado em: 09/05/2023